



Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência

[Publicado no DJE n. 065, de 10/04/2024, p. 21-22](#)

ATO Nº 679/2024

[Revoga o Ato n. 221/2022](#)

Regulamenta o Comitê Permanente de
Acessibilidade e Inclusão do Tribunal
de Justiça do Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o art. 3º da Constituição Federal de 1988 que tem como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, o art. 5º, *caput*, no qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à igualdade;

CONSIDERANDO a Agenda 2030, que contempla os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), baseados nas dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social, ambiental e institucional – de forma integrada, indivisível e transversal para o atingimento das metas associadas;

CONSIDERANDO a Resolução nº 401, de 16/06/2021, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão;

CONSIDERANDO a Resolução n. 314/2024-TJRO, de 08/04/2024, que institui a Política de Acessibilidade e orienta a adequação das atividades para a garantia plena da acessibilidade e da inclusão das Pessoas com Deficiência (PCD) e com mobilidade reduzida no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o processo SEI n. 0001099-38.2024.8.22.8000,

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar o Comitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.



Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência

Art. 2º O Comitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, de caráter permanente, será composto pelos seguintes membros(as):

- I - um(a) Juiz(a) Auxiliar da Presidência - Presidente do Comitê;
- II - um(a) Juiz(a) Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça;
- III - um(a) Juiz(a) de Direito, indicado(a) pelo(a) Presidente do Tribunal;
- IV - Secretário(a) do Gabinete de Governança;
- V - Secretário(a) de Gestão de Pessoas;
- VI - Secretário(a) Administrativo(a);
- VII - Secretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- VIII - Secretário(a) Judiciário(a) do 1º Grau;
- IX - Secretário(a) Geral da Emeron;
- X - dois (duas) integrantes com deficiência.

§ 1º O Comitê será coordenado pelo(a) juiz(a) auxiliar da Presidência e, em sua falta, pelo(a) juiz(a) auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

§ 2º A escolha dos(as) membros(as) dispostos no inciso X do *caput* deste artigo será realizada pelo(a) Coordenador da CPAI, preferencialmente, precedida de processo de inscrição de servidores(as) e magistrados(as) interessados(as), devendo ser observado, tanto quanto possível, a representação das múltiplas formas de deficiências existentes.

§ 3º A designação dos integrantes do Comitê será realizada por Ato da Presidência do Tribunal de Justiça, para um período de 2 (dois) anos, que coincidirá ao biênio da Administração.

§ 4º O CPAI contará com o assessoramento da unidade de Governança quanto ao monitoramento das ações de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência.

Art. 3º São competências do Comitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão:

- I - propor, orientar e acompanhar em nível estratégico as ações de acessibilidade e inclusão voltadas à eliminação de quaisquer formas de discriminação e à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços do órgão por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;



Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência

II - propor à Presidência do TJRO a edição ou alteração de normas e orientações que disponham, parcial ou integralmente, sobre matéria da área de atuação do Comitê;

III - aprovar relatório anual de atuação do Comitê, acerca da promoção da acessibilidade e inclusão no órgão.

Art. 4º Os casos omissos serão disciplinados pela Presidência do TJRO.

Art. 5º Revogar o Ato n. 221/2022, de 2 de março de 2022.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador Raduan Miguel Filho

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **RADUAN MIGUEL FILHO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**, em 08/04/2024, às 22:17 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador **3960140** e o código CRC **DBB58BF4**.